

Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos “brasiguaios”¹

Denise Helena França Marques^{*}

Roberto do Nascimento Rodrigues^{*}

Dimitri Fazito de Almeida Rezende^{*}

Weber Soares^{*}

Resumo

A proposta deste trabalho, que é parte de uma tese de doutorado, é apresentar as diferentes motivações dos “brasiguaios” para circularem nas fronteiras entre o Paraguai e o Brasil, mais especificamente daqueles que residem em municípios paraguaios fronteiriços ao Brasil. Foram realizadas 39 entrevistas em profundidade com os “brasiguaios” residentes em Ypehjú, Salto del Guairá e Pedro Juan Caballero. Constatou-se que a circularidade dos “brasiguaios” nas fronteiras nacionais do Paraguai e Brasil é motivada pela demanda de serviços públicos nas áreas de saúde e educação, de benefícios assistenciais, por compras, visitas, religião e trabalho. Essas demandas revelam as diferentes estratégias de adaptação e sobrevivência dos “brasiguaios”, residentes em municípios paraguaios fronteiriços ao Brasil, e a importância de suas redes pessoais para intercambiar recursos, informações e solidariedade que os permitam acessar bens e serviços brasileiros. Ademais, chamam atenção dos formuladores de políticas públicas para as regiões de fronteiras nacionais do Brasil, uma vez que essa intensa circularidade pode interferir no equilíbrio da oferta e demanda de serviços públicos brasileiros.

1. Introdução

No final do século XX e especialmente nos dias atuais, início do século XXI, os fluxos migratórios internacionais são reconhecidos como elementos vitais para o processo de desenvolvimento de países e regiões. Em 1960, o estoque de imigrantes internacionais no mundo, ou seja, o número de pessoas vivendo fora de seus países de nascimento, era cerca de 76 milhões de pessoas (Internacional, 2005). Em 2000, esse volume mais que duplicou, atingindo o patamar de 175 milhões de imigrantes. Isso significa um crescimento médio anual

^{1 1} Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Havana, Cuba de 16 a 19 de Novembro de 2010. Agradeço à FAPEMIG pelo financiamento para a participação no IV Congresso da Associação Latino Americana de População.

^{*} Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) marquesdenise@hotmail.com. ^{*} Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) beto@cedeplar.ufmg.br; fazito@cedeplar.ufmg.br. ^{*} Instituto de Geociências (IGC) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) weber.igc@gmail.com.br.

e 2,1%, média superior ao crescimento da população mundial nesse mesmo período, que foi de 1,7% (United Nations, 2008).

Grande parte dos fluxos migratórios internacionais acontece entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos (Sul-Norte), mas numerosas trocas populacionais também ocorrem entre os próprios países em desenvolvimento (Sul-Sul). Villa & Martinez (2000) ressaltam que os deslocamentos humanos nas fronteiras nacionais, dentro da América Latina e Caribe, são muito freqüentes, facilitados pela proximidade geográfica e cultural. Para esses autores, os países de destino são aqueles cuja estrutura produtiva é favorável à geração de empregos. Contudo, é importante destacar que fatores estruturais e político-sociais também exercem fortes influências sobre a decisão do migrante.

No âmbito da mobilidade populacional internacional, além da migração tradicional, sempre estiveram em curso modalidades de deslocamento que não envolvem mudança de residência. A crescente abertura das economias nacionais e o desenvolvimento de tecnologias ligadas aos transportes e às comunicações, que diminuem as barreiras físicas e culturais, têm contribuído para o crescimento de tais deslocamentos internacionais.

As regiões de fronteiras nacionais são importantes cenários de deslocamentos populacionais que não resultam em mudança de residência. Esses movimentos podem ser circulatórios e de outra natureza, como a mobilidade diária dos “brasiguaios” que cruzam as fronteiras do Paraguai e do Brasil motivados por uma variedade de fatores. Esses deslocamentos são muito peculiares, porque ocorrem entre países e em fronteiras que são, ao mesmo tempo, permeáveis e rígidas. A permeabilidade da fronteira está na utilização alternativa, por parte dos demandantes, de serviços ofertados num ou noutro lado da fronteira nacional, sobretudo de transportes, saúde, educação, comunicação, entre outros. Já a rigidez está presente na separação do espaço em duas soberanias, com todas as suas diferenças significativas quanto a fatores tais como normas, sistemas administrativos, preços e produtividade.

Apesar da intensidade e volume dos deslocamentos populacionais nas regiões de fronteiras nacionais, pouco se conhece a respeito desse fato. Diversos pesquisadores, no decorrer de suas investigações acadêmicas, identificaram a circulação dos “brasiguaios” na fronteira do Paraguai e Brasil, mas, como esse não era o foco de suas pesquisas, somente mencionaram o fenômeno, o que deixou uma lacuna a respeito do assunto. Assim sendo, este trabalho insere-se no âmbito daqueles que focalizam deslocamentos populacionais motivados por questões que não demandam, ou não requerem, mudanças de residência, configurando-se, portanto, não como fluxos migratórios, mas como movimentos circulares. A proposta deste artigo é mostrar as diferentes motivações dos “brasiguaios” para essa circulação nas fronteiras nacionais do Paraguai e Brasil, mais especificamente dos que residem em municípios paraguaios fronteiriços ao Brasil.

A década de 1980, sobretudo o segundo quinquênio, presenciou um êxodo significativo de retornados do Paraguai para o Brasil. Foi nessa época que surgiram os “brasiguaios”. Esse termo possuía, até então, apenas uma conotação política. As famílias expulsas do Paraguai pelo novo modelo de reestruturação produtiva se viram obrigadas a retornar para o Brasil e reivindicar seus direitos à terra. Sob o amparo da denominação “brasiguaião”, esses imigrantes procuraram se distinguir de outros grupos que também reivindicavam a posse da terra no país.

Os “brasiguaios” mesclam as culturas dos dois países e possuem vínculos sociais, econômicos e políticos, tanto no Brasil quanto no Paraguai. Esses indivíduos possuem nacionalidade brasileira e/ou paraguaia (filhos de brasileiros que compõem a segunda geração de imigrantes residentes no Paraguai) e lançam mão de estratégias mais baratas de adaptação e sobrevivência.

Os movimentos dos “brasiguaios”, ao serem tomados como um estudo de caso, inserem-se no âmbito das investigações que buscam contribuir para políticas sociais direcionadas aos municípios ou regiões de fronteira do Brasil com outros países, como, por exemplo, para a delimitação da oferta e demanda de serviços públicos. Tal incorporação torna bem mais complexa a discussão e definição dos públicos-alvo dessas políticas ou programas, mas é fundamental para uma consideração mais abrangente acerca do seu volume/dimensão e qualidade.

Apresenta-se, em primeiro lugar, um panorama geral dos fluxos migratórios internacionais entre os países que compõem o MERCOSUL, tendo como pano de fundo os diferentes contextos econômicos, políticos e demográficos que impulsionaram e modelaram esses fluxos. Maior atenção é dada à migração e, sobretudo, aos movimentos circulares que acontecem entre o Brasil e o Paraguai. Em seguida, a metodologia qualitativa adotada na coleta das informações, assim como as justificativas da escolha dos municípios que constituíram o universo de investigação da pesquisa. Finalmente, as diferentes motivações para a circulação dos “brasiguaios” nas fronteiras do Paraguai e Brasil.

2. Migração e mobilidade transfronteiriça nos países do MERCOSUL

Durante mais de 300 anos, a América do Sul ficou dividida entre as colônias de Portugal, Espanha e outros países europeus, que colonizaram uma pequena porção da Região. Kratochwil (1996) afirma que desde o século XVIII já existia uma intensa circulação de pessoas entre os portos de Montevideu, Buenos Aires e suas áreas adjacentes. A chegada de imigrantes ultramarinos na Região, a partir do século XIX, ao invés de intensificar tal circulação, instaurou um novo circuito de mobilidade. Os novos imigrantes passaram a transitar entre a Argentina, o Uruguai, o Brasil e o Paraguai, seguindo o padrão das missões jesuítas. O autor acrescenta que a circulação de pessoas dentro desse novo circuito respondia ao mercado laboral, à produção agroindustrial e agrícola, ao comércio e outros serviços, a laços étnicos, familiares e culturais. Os movimentos migratórios entre esses quatro países não eram considerados migração internacional, com exceção dos movimentos que cruzavam a fronteira brasileira. Com o estabelecimento de fronteiras nacionais, pelos estados independentes, no século XIX, a circulação tradicional que ocorria “no coração territorial” do atual MERCOSUL² adquiriu caráter formal de transfronteiriça.

Apesar das profundas diferenças sociais e econômicas que permeiam os países que compõem o MERCOSUL, a contigüidade geográfica e a proximidade histórica e cultural dos Estados membros facilitam os fluxos migratórios entre os países. As diferentes oportunidades

² O Tratado Comercial do MERCOSUL surgiu da aproximação geopolítica do Brasil e Argentina e de acordos bilaterais de integração econômica, os quais se deram com o fim das ditaduras militares nos dois países. Inaugurado em 1991, este Tratado incide sobre um grupo de países do Cone Sul da América Latina (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com adesão posterior de Chile e Bolívia) (Patarra, 2007).

nos países de origem e destino, as condições macroeconômicas e o tamanho e alcance das redes sociais são fatores decisivos para a intensificação das migrações dentro do Bloco. Soma-se a isso o importante papel do mercado de terras e a internacionalização do mercado de trabalho (Brito, 1995).

Grande parte da emigração de brasileiros com destino aos demais países do Cone Sul significou, na verdade, uma contrapartida das políticas agrícolas governamentais do Brasil durante as décadas de 1970 e 1980, como ilustra Sales (1996). As políticas agrárias desenvolvidas pelos governos do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, ao longo desse período, tinham o objetivo de reforma agrária ou simplesmente de democratizar o acesso à terra e apoiar a pequena produção na agricultura. Entretanto, tais políticas acarretaram efeitos indiretos perversos, como o desenvolvimento de um mercado de terras agrícolas e a entrada de grandes grupos e empresas na agricultura brasileira, valorizando as terras e deixando de fora a pequena produção familiar.

Com base nos dados apresentados na TAB. 1, verifica-se que o estoque de brasileiros na Argentina sofreu um decremento médio de 1,3% ao ano, entre 1970 e 1980, e que, no decênio 1980/1990, essa queda foi ainda maior (-2,3% a.a.). O número de brasileiros no Uruguai também diminuiu entre 1975 e 1995: de um total de 14.315 brasileiros para 13.521.

Sales (1996) distinguiu dois tipos diferentes de emigração de brasileiros para a Argentina e o Uruguai. O primeiro tipo seria a emigração de proprietários rurais ou empresários agrícolas (grandes proprietários e pequenos produtores familiares) que compram terras mais baratas para produzir ou simplesmente especular. O segundo tipo de migração seria caracterizado pela presença de trabalhadores brasileiros em caráter temporário e clandestino, que buscam condições de subsistência nas terras desses proprietários e empresários.

No caso do Paraguai, de acordo com essa mesma autora, a política explícita de ocupação da fronteira leste paraguaia por camponeses paraguaios (por meio da criação do programa “Marcha para o Leste”) e a ausência de leis que regulassem a venda de propriedades aos estrangeiros na região de fronteira contribuíram para a entrada de imigrantes internacionais provenientes dos países vizinhos, sobretudo brasileiros.

Com base em CELADE (2000), observa-se que, em 1970, o estoque de imigrantes paraguaios na Argentina era de 230.050 pessoas e que, no decênio de 1970/1980, esse volume cresceu num ritmo de 1,2% ao ano, superando os 250 mil imigrantes paraguaios, residindo no país em 1980. Por sua vez, a taxa de crescimento do estoque de argentinos residentes no Paraguai, no mesmo período, foi quase quatro vezes superior à taxa de crescimento dos paraguaios na Argentina: de um estoque total de 27.389 pessoas, em 1972, passou para 43.670 indivíduos, em 1982 (TAB. 1). As diferentes trajetórias econômicas da Argentina e do Paraguai podem explicar esse incremento no estoque de argentinos no Paraguai e, sobretudo, de paraguaios na Argentina, nos períodos considerados. Entre 1950 e 1974, Paraguai e Argentina se tornaram países economicamente integrados. A economia paraguaia era movida, exclusivamente, pela exploração de recursos naturais, principalmente da pecuária de corte e da silvicultura. Além disso, durante esse período, o Paraguai era um importante fornecedor de matérias-primas para a Argentina e esta, de produtos manufaturados para o Paraguai (Parrado & Cerrutti, 2003).

Apesar de o estoque oficial de brasileiros no Paraguai ser bem menor que o de paraguaios na Argentina, como mostra CELADE (2000), a taxa de crescimento do volume de

brasileiros naquele país sofreu um expressivo incremento no decênio 1972/1982: de um total de 34.276 imigrantes, em 1972, para 98.730 pessoas, em 1982, com um crescimento médio anual de 10,6% (TAB. 1). Esse incremento foi resultado de diversos fatores, como, por exemplo, das transformações na estrutura produtiva brasileira e da aproximação política e militar dos governos do Brasil e Paraguai.

Tabela 1- Estoque de imigrantes internacionais intra-regionais nos países do Mercosul, segundo país de nascimento do imigrante, 1970-1995

País de residência	Ano	País de nascimento					
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai
Argentina	1970		101.000	48.195	142.150	230.050	58.300
Bolívia	1974	14.669		8.492	7.508	972	193
Brasil	1970	17.213	10.712		1.900	20.025	13.582
Chile	1970	13.270	7.563	930		290	759
Paraguai	1972	27.389	364	34.276	359		...
Uruguai	1975	19.051	247	14.315	1.006	1.593	
Total		91592	119886	106208	152923	252930	72834
País de residência	Ano	País de nascimento					
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai
Argentina	1980		115.616	42.134	207.176	259.449	109.724
Brasil	1980	26.633	12.980		17.830	17.560	21.238
Chile	1982	19.733	6.298	2.076		284	989
Paraguai	1982	43.670	500	98.730	1.560		2.310
Uruguai	1985	19.669	211	12.332	1.439	1.421	
Total		109.705	135.605	155.272	228.005	278.714	134.261
País de residência	Ano	País de nascimento					
		Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Paraguai	Uruguai
Argentina	1991		143.735	33.543	218.217	251.130	133.653
Bolívia	1992	17.829		8.586	3.909	683	327
Brasil	1991	25.468	15.691		20.437	19.018	22.143
Chile	1992	34.415	7.729	4.610		683	1.599
Paraguai	1992	47.846	766	107.452	2.264		3.029
Uruguai	1995	26.256	376	13.521	1.726	1.512	
Total		151.814	168.297	167.712	246.553	273.026	160.751

Fonte: CELADE (2000).

As informações de CELADE (2000) fornecem uma visão ampla das migrações internacionais na América Latina e Caribe, mas possuem algumas limitações. Em primeiro lugar, estão os sub-registros, presentes principalmente em países cuja proporção de imigrantes ilegais é elevada. Em segundo lugar, as diferentes interpretações, tais como, por exemplo, o conceito de residência e de migração. Um terceiro ponto é que nos questionários dos censos nacionais nem sempre estão presentes as mesmas perguntas e a realização de tais censos não obedece a um calendário regular (Villa & Martínez, 2000). Outro aspecto relevante é que os censos enumeram o estoque de população residente no país em um momento do tempo, ou seja, entram nesse cálculo apenas os sobreviventes e as pessoas que não reemigraram antes da data do censo e não as migrações que ocorreram ao longo do tempo (Villa & Martínez, 2000). Além do mais, com base nessas informações não é possível identificar outros movimentos populacionais, tais como os que não envolvem mudança de residência. Tal limitação representa um obstáculo na etapa de crescente abertura econômica internacional e de integração de mercados (Villa & Martínez, 2000).

No âmbito da mobilidade populacional internacional, além da migração tradicional, estão em curso novas modalidades de deslocamento que não implicam mudança de residência. No caso dos países europeus, esse fenômeno foi acentuado com a formação da União Européia (UE). No que diz respeito aos países latinoamericanos e caribenhos deve-se destacar a ALADI, o CARICOM, o Pacto Andino, numerosos acordos bilaterais e o MERCOSUL. A crescente abertura das economias nacionais e o desenvolvimento de tecnologias ligadas aos transportes e às comunicações, que diminui as barreiras físicas e culturais, têm contribuído para o crescimento dos deslocamentos populacionais internacionais. Tais deslocamentos podem ser circulatorios e de outras naturezas, como os movimentos periódicos dos “brasiguaios” que cruzam as fronteiras entre o Paraguai e o Brasil.

As regiões de fronteira nacionais constituem espaços regionais específicos. Elas possuem dinâmicas próprias e criam áreas que se complementam por meio do intenso fluxo de capitais, pessoas, bens e serviços. Essas comunidades, como destaca Farret (1997), ao operarem com o conceito de fronteira como *contato*, ao invés do conceito de *limite*, geram entre si processos interativos em áreas onde convive uma diversidade de fatores geográficos, econômicos, sociais e de conflitos, próprios de regiões transfronteiriças. Nesses cenários de fronteiras, muitos estudiosos analisam as novas formas de mobilidade espacial da população que, como serão exemplificadas a seguir, diferentemente dos movimentos migratórios, não envolvem mudança de residência.

Souchaud & Carmo (2006) descrevem as diferentes modalidades da mobilidade populacional e da migração internacional na região de fronteira internacional que abrange o estado do Mato Grosso do Sul, no Brasil, o Departamento de Santa Cruz, na Bolívia, e a região do Chaco, no Paraguai. Para isso, os autores criaram tipologias para as migrações que ocorrem nessa região, com base na noção de fronteira. A região imediata à fronteira internacional é procurada pelos migrantes internacionais que buscam vantagens no mercado de trabalho, na área de saúde e educação. Essa migração é em grande parte urbana ou procura a proximidade de centros urbanos importantes. Os municípios de Campo Grande e Santa Cruz de la Sierra podem ser considerados, nesta perspectiva, centros importantes, localizados no extremo desses espaços. Cidades como Ciudad Del Este, Pedro Juan Caballero, Corumbá e Puerto Suárez podem ser classificadas como cidades intermediárias, que combinam a proximidade geográfica da fronteira e a relevância demográfica (Souchaud & Carmo, 2006).

Na fronteira do Brasil com a Colômbia, no âmbito do Projeto Binacional de Cooperação Fronteiriça, as cidades gêmeas de Tabatinga, no Brasil, e Letícia, na Colômbia, possuem projetos de cooperação que abrangem uma área maior que a dos dois municípios. No entanto, de acordo com Farret (1997), esses projetos de cooperação são carregados de incógnitas em relação a alguns pontos específicos. Um deles é sobre o tamanho da demanda por bens e serviços privados, e, sobretudo públicos, que são utilizados indistintamente pela população dos dois lados da fronteira. Incluem-se aí a saúde, o comércio, o lazer e a educação.

Dutra & Goettert (2007) investigaram os aspectos que perpassam a mobilidade de trabalhadoras e trabalhadores de Ponta Porã, no Brasil, para Pedro Juan Caballero, no Paraguai. Para isso, focaram seu trabalho nos movimentos da mão-de-obra brasileira que cruza diariamente a fronteira nacional para trabalhar no Paraguai em atividades comerciais de produtos, tais como eletrônicos, brinquedos, bebidas, cigarros e telefonia. Para os autores, as relações cotidianas, vividas pela população da fronteira, num espaço separado apenas por uma avenida (cidades gêmeas), são relações complexas de semelhanças e diferenças sociais,

econômicas, políticas e culturais. O cidadão fronteiriço se beneficia de um ambiente transcultural, característico de um ambiente transnacional.

As cidades fronteiriças de Alberti, no Paraguai, e Formosa, na Argentina, foram alvo da pesquisa de Palau (1995b). O propósito do autor era conhecer a população residente em ambos os municípios e suas características sociodemográficas, suas condições de residência, os motivos e a frequência dos deslocamentos transfronteiriços, assim como a relação entre o perfil ocupacional e a renda. Palau (1995b) verificou, em sua pesquisa, que as oportunidades educacionais, de saúde, de moradia e demais serviços eram maiores na cidade de Formosa e que as mulheres argentinas procuravam trabalho em Alberti, apesar de suas desvantagens monetárias. O autor não conseguiu identificar uma relação clara entre as ocupações dos entrevistados, residentes em Alberti, e a frequência das travessias, exceto para os “paseros” que, por causa da natureza de suas atividades, atravessavam a fronteira diariamente, alguns mais de uma vez ao dia. Os docentes, empregados e trabalhadores independentes declararam cruzar a fronteira ocasionalmente, apenas quando necessário, e os trabalhadores da construção civil e diaristas erradicamente, pois dependiam da demanda no mercado de trabalho em Formosa.

O trânsito diário de crianças residentes no Paraguai em direção ao Brasil foi constatado no estudo de Pereira (2002), que investigou a diversidade cultural e educacional na fronteira entre esses dois países, mais especificamente na cidade brasileira de Ponta Porã. Pereira (2002) desenvolveu dois projetos de pesquisa cujos temas explorados foram a escolarização e a problemática lingüística cultural dos migrantes. Ela identificou na fronteira a presença das nacionalidades japonesa, coreana, chinesa, libanesa, vietnamita, chilena e paraguaia que, com frequência, optam em estudar no lado brasileiro. Tal fato é justificado pela assistência oferecida, por parte das escolas brasileiras, às famílias de baixa renda. A oferta de merenda escolar, materiais didáticos, não obrigatoriedade do uniforme, atendimento oftalmológico e odontológico atraem para o Brasil as famílias fronteiriças residentes no Paraguai (Pereira, 2002).

Sprandel (1992) estudou o retorno dos “brasiguaios” ao Brasil, em 1985/86, que foram beneficiados pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República. A autora, já na década de 1990, havia identificado deslocamentos circulatorios realizados pelos “brasiguaios” na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Muitos dos pequenos produtores rurais que obtiveram uma parcela rural em assentamentos, criados teoricamente para fixá-los em território brasileiro, retornavam sazonalmente para o Paraguai para trabalhar na colheita. As motivações para esses deslocamentos sazonais estão relacionadas à falta de assistência técnica e creditícia por parte do governo brasileiro. Ademais, os grupos familiares que transitam pela fronteira internacional dos dois países desenvolveram estratégias de fixação em território paraguaio por meio da legalização de sua condição de imigrantes ou estrangeiros. Entretanto, quando ameaçados na garantia de suas propriedades, acionam a identidade “brasiguai” e reivindicam a intervenção do governo brasileiro para a resolução de seus problemas (Sprandel, 1992, p. 405).

A importância dos movimentos transfronteiriços, de curtas duração e distância, entre os municípios localizados ao longo da fronteira do Brasil com o Paraguai é mencionada por Palau (1995a). O autor cita vários fluxos existentes entre municípios dos dois países, além do “mosaico heterogêneo” formado pelos comerciantes estabelecidos, estudantes e consumidores, contrabandistas, transportadores, estivadores, vendedores ambulantes e profissionais que transitam em ambos os lados da fronteira.

Santa Bárbara (2001) abordou o jogo de identidades travado entre brasileiros e paraguaios e o processo de reordenamento territorial que tem caracterizado a imigração de brasileiros para o Paraguai. O autor citou a mobilidade espacial dos emigrantes brasileiros que vivem na fronteira do Paraguai com o Brasil. Em seu trabalho de campo, o autor visitou os distritos paraguaios de San Alberto, localizado no norte do departamento do Alto Paraná, e La Paloma, situado no departamento Canindeyú. Chegando em Ciudad del Este para tomar o ônibus em direção a San Alberto, o autor relatou que, com ele, no mesmo ônibus, estavam somente um casal de jovens paraguaios e um rapaz. Contudo, descobriu que durante o percurso havia um “tipo de parada obrigatória”, no quilômetro quatro da rodovia, onde embarcam os brasileiros vindos de Foz do Iguaçu. Naquele local costumam passar ônibus circulares originários do Brasil, não passando pela rodoviária de Ciudad del Este.

Santa Bárbara (2001) também ressaltou que algumas cidades do Paraguai “abrasileirado” da soja começaram a articular uma rede urbana bastante vinculada aos centros urbanos no sul do Brasil. As classes sociais dominantes, localizadas em toda a fronteira leste do Paraguai, especialmente no departamento de Alto Paraná, são formadas por grandes produtores de soja, donos de madeireiras e comerciantes bem sucedidos que, em sua maioria, são sulistas brasileiros que realizam freqüentes movimentos transfronteiriços entre o Brasil e o Paraguai. Essa classe social dominante encontra-se inserida nos circuitos dos negócios, da política e do lazer e mantém estreitos laços com suas áreas de origem no Brasil. O autor menciona, ainda, as questões referentes à manutenção da cidadania brasileira; as deficiências crônicas em saúde e educação, que estimulam muitos brasileiros, residentes no Paraguai, a procurarem atendimento médico e escolas no Brasil; e o trânsito de brasileiros, em ambos os sentidos, para visitar seus parentes e para votarem em candidatos políticos.

A existência de movimentos circulares na região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai é aludida também por Albuquerque (2005). O autor investigou a disputa de identidades e as representações nacionais que são construídas pelos imigrantes brasileiros e pelos paraguaios, no contexto dos conflitos pela propriedade da terra e pela defesa do meio ambiente e do território nacional, no início do século XXI. Albuquerque fez referências às estratégias dos imigrantes brasileiros que vivem na ampla faixa de fronteira entre os dois países, para a efetivação e negação de uma dupla cidadania. Por exemplo, muitos imigrantes brasileiros registram seus filhos nos dois países, independentemente de acordo diplomático, com o objetivo de receberem atendimento médico no Brasil, de diminuir a “burocracia” quando quiserem visitar seus parentes, no lado brasileiro, e de aumentar as oportunidades de estudo em colégios e universidades brasileiras. O exercício do direito político também faz parte de um jogo de estratégia dos imigrantes brasileiros. Atualmente, eles podem votar nos candidatos do Brasil, sobretudo para presidente, mesmo quando moram há anos no exterior. Quando regularizados, podem votar também para prefeitos e vereadores no Paraguai.

Além do duplo registro de nascimentos e do exercício dos direitos políticos, no Brasil e no Paraguai, a obtenção de aposentadorias e a contratação de mão-de-obra brasileira também fazem parte do jogo estratégico dos imigrantes nos dois países. Pelo fato de existir aposentadorias no Paraguai somente para militares e funcionários do governo, os imigrantes brasileiros se cadastram no Brasil e utilizam endereços de parentes, já que o benefício só é pago para aqueles que residem no país. Assim, nem que seja apenas uma vez por mês, os imigrantes aposentados cruzam as fronteiras do Paraguai para receberem seus benefícios no Brasil. Muitos empresários agrícolas, madeireiros e comerciantes brasileiros que vivem no Paraguai contratam trabalhadores brasileiros e não pagam seus direitos trabalhistas, uma vez que a legislação brasileira só funciona em seu território. Nesse mercado informal, as redes de relações pessoais funcionam como elos entre os patrões e os empregados. Os primeiros,

quando necessitam de mão-de-obra, muitas vezes contratam parentes pobres ou conhecidos que vivem no Paraguai ou no Brasil (Albuquerque, 2005).

Conforme as informações de Sprandel (1992), Palau (1995a), Santa Bárbara (2001), Pereira (2002), Albuquerque (2005), Dutra & Goettert (2007) e Marques (2007), diferentes movimentos populacionais, que não envolvem mudança de residência, ocorrem na fronteira do Brasil e Paraguai. Além disso, como visto em Sprandel (1992), Palau (1995a), Santa Bárbara (2001), Pereira (2002) e Albuquerque (2005) essa mobilidade fronteiriça que ocorre entre os dois países acontece nos dois sentidos, isto é, tanto em direção ao Brasil quanto em direção ao Paraguai.

Os principais aspectos da dinâmica migratória internacional na região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai residem, hoje, no início do século XXI, muito mais em suas peculiaridades, tais como as motivações, a intensidade, a temporalidade e o impacto, do que no volume de indivíduos envolvidos nesses deslocamentos. No contexto desses movimentos transfronteiriços de população, sejam eles migratórios, circulatórios, temporários ou pendulares, um aspecto que deve ser levado em conta é a redefinição dos conceitos relativos ao fenômeno da migração, já que com o MERCOSUL a tendência de tais movimentos é aumentar.

3. Método de Investigação

Para investigar as diferentes motivações dos “brasiguaios” para circularem nas fronteiras entre o Paraguai e o Brasil, mais especificamente daqueles que residem em municípios paraguaios fronteiriços ao Brasil foi preciso lançar mão do método qualitativo. Esse método oferece diferentes ferramentas de abordagem empírica, tais como a entrevista (em suas várias modalidades), os grupos focais e a observação participante. O instrumento para a investigação proposta aqui foi a entrevista em profundidade.

Foram realizadas 39 entrevistas em profundidade com os “brasiguaios” residentes em Ypehjú, Salto del Guairá, ambos localizados no departamento de Canindeyú, e Pedro Juan Caballero, em Amambay. A escolha desses três municípios paraguaios foi guiada por diferentes fatores: i) com base nas informações de DGEEC (1992) e (2002), são municípios que pertencem a dois departamentos, cuja participação relativa dos brasileiros no total dos imigrantes internacionais é muito elevada; ii) pela proximidade com o Brasil (são municípios fronteiriços); iii) pelas diferentes características físico-geográficas das fronteiras, como se verá posteriormente; iv) por possuírem distintas características demográficas e econômicas (tais diferenças permitem por em evidência as singularidades, o que há de comum e a natureza das motivações que alimentam a circularidade nessa realidade de tempo e lugar); e v) a conveniência e a existência de contatos prévios que assegurassem o êxito da pesquisa de campo. Entenda-se por conveniência a proximidade entre as cidades, os meios de transportes disponíveis entre elas e a existência de hospedagem.

Os departamentos paraguaios de Canindeyú e Amambay pertencem à região Oriental do Paraguai. Essa região faz divisa com o Brasil nos departamentos de Alto Paraguay, Concepción, Alto Paraná, além de Amambay e Canindeyú.

4. As motivações para a circulação dos “brasiguaios” na fronteira

Foi constatado em campo que as motivações são de diferentes ordens: atendimento médico no Brasil, compras em supermercados e lojas do Brasil, visitas a familiares e amigos no lado brasileiro, assim como atendimento escolar, embora as escolas brasileiras somente sejam utilizadas pelas crianças e jovens “brasiguaios” residentes no Paraguai.

A demanda por serviços de saúde pública no Brasil foi a principal motivação citada pelos “brasiguaios” para se dirigirem ao país. A procura pelo atendimento médico não obedece à uma regularidade, tal como o recebimento de benefícios assistenciais. Os “brasiguaios” disseram que se dirigem ao país para buscarem atendimento médico só quando precisam. Não obstante, dependendo da gravidade do problema e do tratamento prescrito, as vindas tornam-se frequentes, como de 15 em 15 dias e até 2 vezes por semana. A maioria dos inquiridos procura atendimento no município brasileiro mais próximo de suas residências, independentemente da natureza da fronteira. Mas, conforme a gravidade do problema, eles se dirigem por conta própria ou são referenciados pelo próprio sistema para centros de saúde mais bem equipados, em outras localidades do Brasil. Isso acontece majoritariamente com os “brasiguaios” residentes em Ypehjú e Salto del Guairá, possivelmente pela disponibilidade limitada dos recursos médicos em Paranhos, Guaíra e Mundo Novo, quando comparados aos de Ponta Porã. Além do tratamento de doenças específicas, uma das razões citadas pelos entrevistados para a procura por serviços de saúde no Brasil foi a realização de exames preventivos, como o de mama e colo do útero.

“É! Para fazer os preventivos. Eu tenho problema de gastrite... Preciso freqüentar o SUS para pegar os meus remédios... É... e o meu pai é hipertenso...” (Rose, 48 anos, ensino fundamental completo, renda familiar de 2,5 SM)

“Eu vou para o Brasil. Sete Quedas ou aqui Paranhos ou diretamente para Amambai... Porque eu já tinha acidentado três vezes seguidas, sabe!? Daqui em Paranhos me mandaram para Amambai. Cada vez que eu me sinto mal aí eu vou no Brasil mesmo.” (Ronaldo, 62 anos, analfabeto, renda familiar menor que 1,0 SM, Ypehjú)

As principais explicações dos entrevistados para a demanda por saúde no Brasil residem na precariedade do sistema público de saúde paraguaio, na gratuidade do atendimento médico brasileiro, na posse de documentos brasileiros e ausência de documentação paraguaia. Além do mais, alguns “brasiguaios” declararam sentirem-se melhores no Brasil e serem mais bem tratados no país.

“O negócio da medicina no Brasil é mais fácil, melhor que aqui no Paraguai. E os médicos são mais acertados. Aqui no Paraguai tem doutor que atende bem, né, mas tem outros que a gente... Eu mesma fiquei internada aqui é...quatro dias e acabei saindo de lá para ir para o Brasil. Eu fiquei lá e fiquei quase morta. Saí mais ruim do que entrei.” (Célia, 49 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar entre 2,5 e 3,0 SM)

“Porque no Paraguai, (...) aqui mesmo na fronteira, aqui mesmo tem doutor, né, mas não tem maquinário... não tem remédio... Precisou de um remédio, aqui não tem (...). Para atender a senhora já vou te pedir um exame, um exame de sangue, um exame de urina, um exame de fezes. Mas tem que fazer no Brasil. Então não compensa, então é melhor fazer tudo no Brasil,

né?” (Odete, 38 anos, ensino fundamental completo, renda familiar menor que 1,0 SM)

“No Brasil. Porque eu tenho documento do Brasil, né, eu frequento lá. No Paraguai eu não tenho chance, né, porque se você vai com documento brasileiro, eles mandam você para o Brasil, né, então daí minha área é lá...” (Márcia, 37 anos, analfabeta, renda familiar entre 2,0 e 3,0 SM, Ypehjú)

O artifício de dupla residência, uma no Paraguai e outra no Brasil, é utilizado para conseguir atendimento médico brasileiro. Ao ser solicitado um comprovante de endereço no Brasil, os “brasiguaios” residentes no Paraguai, especialmente em Ypehjú e Salto del Guairá, utilizam o endereço de suas residências brasileiras. Por outro lado, os que não usufruem dessa possibilidade contam com a solidariedade de amigos e parentes que permitem a utilização de seus endereços no Brasil. No entanto, observe que as respostas são contraditórias. Alguns dos entrevistados afirmaram que é imprescindível apresentar um endereço brasileiro, outros declararam que o serviço de saúde é oferecido normalmente para os “brasiguaios” residentes no Paraguai.

“É fácil por causa dos meus documentos que são brasileiros. Como eu tenho... Eu moro aqui, mas como eu tenho uma casa no Brasil, aí eu dou o meu endereço brasileiro.” (Fátima, 22 anos, 2º grau incompleto, renda familiar de 2,0 SM)

“Não tem jeito porque se você fala que mora no Paraguai eles não vão te atender... Dou o endereço da minha comadre em Mundo Novo e da minha mãe em Maringá. Se eu falar que moro no Paraguai eles não aceitam...” (Marlene, 50 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar de 1,5 SM)

“É difícil! Algumas coisas eles vão te atender bem você morando no Paraguai, mas dependendo, no caso aí, eles pedem pagamento de água, de luz... É, atestado de residência que a gente tem que ter.” (Elizabete, 36 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar entre 1,5 e 2,0 SM)

“Não! Eles perguntam onde que a gente mora, a gente fala: eu moro no Paraguai. Atendem, normalmente!” (Luísa, 46 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar entre 2,0 e 3,0 SM)

“Acho que não, né? Porque eles atendem a mesma coisa... de modo que porque se a gente vai mesmo lá, aonde você mora? Que lugar, que parte, né? Eu moro no Paraguai. Aonde? Em Ypehjú! Então eles marcam, eles atendem a mesma coisa.” (Odete, 38 anos, ensino fundamental completo, renda familiar menor que 1,0 SM)

Nos municípios focalizados neste estudo, o tipo de transporte utilizado para receber atendimento médico no Brasil está mais relacionado com a condição financeira da família do que com a natureza da fronteira. Por exemplo, pessoas residentes em Pedro Juan Caballero vão à Ponta Porã receber atendimento médico de carro, a pé, de moto, assim como os residentes em Salto del Guairá. Os interrogados em Ypehjú também declararam ir para Paranhos a pé, de carona, de moto, “do jeito que der”. É claro que a distância das respectivas cidades de residência aos centros onde procuram atendimento médico influi no tipo de transporte utilizado, mas, mesmo assim, a renda parece ser o fator mais relevante.

“Oh! Tem vez que a gente passa pela balsa ou quando é uma emergência, uma coisa muito rápida a gente vai de táxi do Paraguai para o Brasil.”

(Elizabete, 36 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar entre 1,5 e 2,0 SM)

“Vou de qualquer jeito. Se eu tenho um carro eu vou de carro, quando eu não tenho, eu vou a pé...” (Luisa, 46 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar entre 2,0 e 3,0 SM)

A demanda por educação também é direcionada ao Brasil, mas não com a mesma intensidade do que a por saúde. As crianças e jovens “brasiguaios”, residentes em Ypehjú e Pedro Juan Caballero, são as que mais utilizam os serviços de educação brasileiros, devido à própria natureza da fronteira seca. As crianças residentes em Salto del Guairá, para estudarem em Guaíra, precisam atravessar a balsa e percorrer 1,5 quilômetro para chegarem à escola pública mais próxima. Elas podem optar também por estudar em Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul, mas seria necessário um meio de transporte para levá-las.

“Não, nem todos estudam. Só a mais nova e um sobrinho que eu crio aqui também. Eles estudam em Guaíra. A menina ia de transporte e o menino ia de bicicleta. O menino continua aqui e vem e volta todo dia. Vem e volta todo dia de balsa.” (Elizabete, 36 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar de 1,5 SM)

Semelhante ao que acontece na área de saúde, o tipo de transporte utilizado pelas crianças para estudarem no Brasil depende mais da renda de seus respectivos domicílios do que da distância entre a residência e a escola ou da natureza da fronteira internacional. Somente para as crianças de Ypehjú existe um transporte público que as leva diariamente para a escola. Na denominada Linha Internacional, uma estrada de terra que separa Paranhos de Ypehjú, passa um ônibus circular brasileiro.

“Essa minha filha mesmo que mora comigo tem dois filhinhos, que ela não produziu aqui dentro da minha casa! Ela casou... vestidinho de noiva... não deu certo com o marido dela, eu acolhi para dentro da minha casa, né? O molequinho dela tinha um aninho, a outra menina tinha uns quatro aninhos... agora estão todos grandes já... estão na aula e tudo... Estudam no Brasil. Vão com o circular... o circular vem pega a criançada... tenho outros dois netos que moram ali também... e vão todos estudar no Brasil.” (Alzira, 64 anos, analfabeta, renda familiar de 1,0 SM)

As justificativas para estudar no Brasil são variadas. Assim como o atendimento à saúde, é comum o acesso aos benefícios oferecidos pelas escolas públicas brasileiras, sobretudo para as famílias de baixa renda.

“Eu acho o estudo mais forte, o estudo brasileiro, para a gente que é brasileiro mesmo, né? E depois também as condições são mais favorecidas para a gente que não tem uma boa condição. Então no Brasil tem estudo assim com mais facilidade devido ajuda das escolas, alimentação, material. Então a gente tem toda essa ajuda que a gente recebe do Brasil, para estudar as crianças.” (Elizabete, 36 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar de 1,5 SM)

“(...) a maioria... para falar bem a verdade, os alunos aqui do Paraguai, 60% estudam no Brasil. Porque é... a falta de recurso aqui, né... então ali tem mais ajuda... muita gente ali recebe alguma ajuda e aqui já não tem, né? Ajuda como lápis, caderno, essas coisas materiais, né? É, tem tudo... então por isso... inclusive eu soube que eles estão preocupados porque os alunos estão

deixando de estudar no Paraguai, para estudar no Brasil...” (Ester, 34 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar de 1,0 SM)

A estratégia de dupla residência ou “falsa” residência no Brasil (endereço de parentes e amigos) não é tão utilizada para a demanda do serviço público de educação brasileiro quanto para o atendimento à saúde. Mais uma vez, foram observados desencontros nos depoimentos a respeito da obrigatoriedade da residência no Brasil para conseguir estudar no país.

A procura por trabalho acontece nos dois países. Contudo, pelo fato de as atividades comerciais de Pedro Juan Caballero e Salto del Guairá serem mais desenvolvidas que em Ypehjú, as profissões exercidas pelos “brasiguaios” entrevistados e seus familiares estão mais relacionadas ao comércio nas duas primeiras cidades do que na terceira. Em Ypehjú, parte da amostra inquirida trabalha com vendas de porta em porta, sem vínculo empregatício, o que permite a esses vendedores escolher o melhor país para trabalhar. A mesma coisa acontece com as pessoas que exercem atividade produtiva no setor primário, que trabalham onde existe emprego, independentemente do país. Não foi observada uma regularidade quanto às características dos “brasiguaios” cuja circulação está associada ao trabalho. Notou-se, no entanto, que essa circularidade é mais comum nas cidades separadas pela fronteira seca. O mesmo acontece em relação ao movimento circular do Brasil em direção ao Paraguai. É possível inferir que a direção dessa mobilidade está mais vinculada ao trabalho que à educação, uma vez que as crianças e jovens residentes no Paraguai, quando possível, preferem estudar no Brasil.

A despeito da assistência social, foram poucos os interrogados que declararam receber algum tipo de benefício brasileiro. Tais benefícios, quando recebidos, são resgatados no município brasileiro mais próximo e a frequência para o recebimento é de uma vez por mês. Dentre os benefícios havia aposentadoria, Bolsa Família e o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). As aposentadorias referidas pelos “brasiguaios” são o Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou a aposentadoria rural (com benefícios não contributivos), já que quando questionados se contribuíram para a Previdência Social brasileira, todos responderam que nunca contribuíram.

Chamou atenção a atuação dos políticos para conseguir o benefício para seus eleitores, como ilustrado no relato transcrito abaixo.

“Eu consegui minha aposentadoria em Amambaias, mas daí... transferi para eu poder receber em Paranhos, né? Olha, aqui eu não consegui. Eu consegui em Amambaias com... na política. Até foi em Sapucaia, essa eu consegui em Sapucaia porque... política assim... era uma... uma vereadora que ajeitou para mim, né, em Sapucaia. Daí eu vim do INSS. E foi no INSS que consegui para mim.” (Alzira, 64 anos, analfabeta, renda familiar de 1,0 SM)

Os “brasiguaios” que recebem algum benefício assistencial brasileiro utilizam o endereço de parentes ou de suas casas no Brasil para terem acesso aos benefícios. Com exceção da aposentadoria contributiva, que é um direito adquirido, dentre as condições para receber o Bolsa Família e o PETI, por exemplo, está a obrigatoriedade de residência no Brasil. Quanto à isso, não houve contradição nos depoimentos, como aconteceu com a saúde e a educação. Os beneficiados e não beneficiados sabem dessa necessidade.

A circulação dos “brasiguaios” na fronteira do Paraguai e Brasil não se resume à demanda por serviços públicos, ao trabalho e nem ao recebimento de benefícios. Essas pessoas também se dirigem ao Brasil para visitar parentes e amigos, frequentar igreja e fazer

compras. A proximidade espacial permite aos “brasiguaios” escolherem os estabelecimentos que praticam os menores preços. Ademais, nem todas as mercadorias vendidas no Brasil são encontradas no Paraguai, sem falar da qualidade de determinados produtos, tais como frutas e verduras. O interessante é que essas táticas independem do tipo de fronteira envolvida, quer dizer, ela pode ser uma rua ou um rio.

“Agora é lógico que tem uma certa vantagem de você morar pro lado de cá também... o custo de vida é menos, só que a maioria das coisas a gente compra é lá. Como nós pagamos os impostos, temos documento brasileiro, eu sou funcionário do Estado e nós temos comprovante de residência do lado de lá...” (Ana, 33 anos, 2º grau incompleto, renda familiar de 3,0 SM)

“Não, que tem ido, a gente vai ao Brasil direto mais para usar alguma coisa assim... Eu tenho ido assim pelo menos uma vez por semana para ir ao mercado, fazer compra.” (Inês, 32 anos, ensino fundamental incompleto, renda familiar entre 8,0 e 8,5 SM)

Nas regiões de fronteira do Paraguai e Brasil circulam informações de todos os tipos, tais como os requisitos necessários para acessar os serviços brasileiros (como a documentação brasileira e o endereço no Brasil), os diferenciais de preços encontrados no comércio de ambos os países e as facilidades de pagamento (o crediário só existe no Brasil). É claro que a proximidade espacial entre os países, sobretudo nas regiões de fronteira, facilita a circulação das informações privilegiadas entre os migrantes e não migrantes. Ademais, contribui para o contato freqüente e, conseqüentemente, a manutenção e fortalecimento dos laços sociais. O depoimento da D. Clarice é um exemplo de como as paraguaias (sem vínculos sanguíneos com brasileiros) procuram artifícios para usufruírem dos serviços de educação oferecidos no Brasil.

“É... Eu nunca assim... nunca né, mas sempre as pessoas querem que eu registre crianças aqui para que elas possam estudar no Brasil, né, a mãe paraguaia, mas eu nunca fiz isso... Tem gente que faz... mas eu não... Eu nunca fiz não! Não é por nada, né, porque dá dó, né, mas...” (Clarice, 45 anos, analfabeta, renda familiar menor que 1,0 SM)

A coesão social dos “brasiguaios” no Paraguai é fortemente percebida quando o assunto é documentação. A posse, mas, sobretudo a falta de documentos, é um assunto corriqueiramente citado pelos “brasiguaios” entrevistados. A ajuda aos indocumentados para que consigam resolver o problema é oferecida de diferentes formas.

“Eu já... já ajudei. Fui testemunha de várias pessoas aqui. De quem nasceu no Brasil... é... Eu acho bom, né, porque no Brasil tudo é melhor do que aqui no Paraguai, né?” (João, 47 anos, ensino fundamental completo, renda familiar de 1,5 SM)

“Eu já ajudei uma pessoa, uma velha que morava aqui... que ela não tinha documento. A dona Basíla, ali em baixo, outra velhinha que morava aqui. Paraguaia, mas tinha o netinho dela que era... que estudava no Brasil, né? Por intermédio do netinho dela nós conseguimos fazer um documento para ela e daí ela ganha aposentadoria do Brasil hoje. Uma outra velhinha que já faleceu também, que morava ali em cima, também nós conseguimos, né?” (Alzira, 64 anos, analfabeta, renda familiar de 1,0 SM)

5. Considerações Finais

Residir no Paraguai e frequentar o Brasil é uma prática muito comum entre os “brasiguaios” residentes no Paraguai. A intensa circulação nas fronteiras nacionais desses dois países vem transformando essa região em um espaço privilegiado de análise. A inexistência da fronteira como barreira estimula uma variedade de interações vinculadas às populações locais e suas necessidades de organização social. As motivações para a circulação nessa fronteira revelam um modo de adaptação dos “brasiguaios” que vai além da assimilação tradicional vislumbrada por muitos imigrantes nas sociedades de destino. Muitos desses “brasiguaios” lançam mão de suas redes pessoais para intercambiar recursos, informações e solidariedade que os permitam acessar bens e serviços disponíveis no Brasil.

A importância de investigar as variadas motivações dos “brasiguaios” para circularem nas fronteiras nacionais do Paraguai e Brasil reside em suas consequências macro-sociais no conjunto da comunidade “brasiguaiia” e em ambos os países, mais especificamente nos municípios de fronteira. Numa perspectiva individual, utilizar os serviços de educação e saúde no Brasil (públicos e mesmo privados), receber benefícios assistenciais, fazer compras, assim como construir uma casa no lado brasileiro ou abrir um negócio no Brasil, geram consequências meramente relacionadas às estratégias de sobrevivência da população envolvida. No âmbito geral, tais atividades podem afetar a quantidade e a qualidade dos serviços públicos oferecidos e alterar a economia e as práticas culturais nos dois países. Essas ações e outras semelhantes, multiplicadas milhares de vezes, traduzem-se num desequilíbrio entre oferta e demanda de serviços públicos oferecidos no Brasil, num fluxo monetário que pode se tornar uma fonte importante de moeda estrangeira para o Brasil e alterar, por meio de novas práticas culturais, os valores e o cotidiano das populações residentes nas franjas fronteiriças dos dois países (Levitt, 2001; Itzigsohn, 1999; Ostergaard-Nielsen, 2001).

É preciso enfatizar, contudo, que a extensão dessas considerações não deve ir além da faixa territorial circunscrita pelos municípios pesquisados. Portanto, generalizações devem ser evitadas e é necessário que mecanismos, dados e estratégias amostrais adequadas sejam utilizados para permitir a universalização dos resultados. Outra ressalva importante é que a pesquisa empreendida neste trabalho focalizou, apenas, uma direção de fluxo: do Paraguai para o Brasil. Seria interessante, também, investigar em que medida e circunstâncias ou motivações existem para uma circularidade no sentido oposto: do Brasil para o Paraguai. Além desses tópicos, é importante o desenvolvimento de estudos que focalizem o impacto social, cultural, econômico e de gestão de oferta e demanda de serviços públicos nos dois países, tendo em vista a formação de uma comunidade transnacional “brasiguaiia” de tão intensa circularidade populacional.

Parafrazeando Janet Abu-Lughod (1975), estamos no final da era da inocência quanto à mobilidade humana. Investigar somente a migração e os migrantes, deixando de lado os movimentos que não envolvem mudança de residência é adotar uma postura ingênua e até mesmo equivocada da mobilidade. As variadas motivações para a circularidade dos “brasiguaios” nas fronteiras nacionais do Paraguai e Brasil, apresentadas aqui, fortalecem a importância de se conhecer profundamente tais deslocamentos. Certamente, esses resultados permitirão um avanço para a fundamentação de hipóteses prospectivas à respeito dos movimentos circulares em fronteiras nacionais e abrirão portas para novas pesquisas nessa área.

6. Referências Bibliográficas

ABU-LUGHOD, J. The end of the age of innocence in migration theory. In: DU TOIT, B.M.; SAFA, H.I. (eds.) **Models and Adaptive Strategies**. Mouton, The Hauge, p. 201-206, 1975.

ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais. A imigração brasileira no Paraguai**. Fortaleza, 2005. 259p. Tese (doutorado) – Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará.

BURGOS, V. I. C. **Mujer y movilidad transfronteriza**. Inserción laboral y comportamiento reproductivo. El caso de Alberdi-Formosa. BASE Investigaciones Sociales. Documento de trabajo n°87, 1996. Disponível em: <http://sala.clacso.org.ar/gsd/cgi-bin/library?e=d-000-00--0base--00-0-0--0prompt-10---4-----0-11--1-es-Zz-1---20-about---00031-001-0-OutfZz-8-00&cl=CL2.1&d=HASH03897ef7f601174a91c430&gc=1>>. Acesso em: 28 de abril de 2008.

CENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE DEMOGRAFÍA - CELADE. “Migración internacional en América Latina, IMILA”, **Boletín Demográfico**, Santiago de Chile, v. 32, n. 65, Janeiro. 2000. Disponível em: <http://www.eclac.cl/migracion/IMILA/seleccion.asp?parametro=BRASIL |N|BRASIL>. Acesso em : 24 fev. 2007.

DUTRA, D. M. M.; GOETTERT, J. D. Mobilidade de trabalhadoras e trabalhadores do Brasil para o Paraguai no comércio de reexportação entre as "cidades gêmeas" de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. In: III EREGEO, 2007, Glória de Dourados - MS. **Anais III EREGEO**. Dourados - MS: AGB, 2007. v.I. p. 01-13.

FARRET, R. Especificidades das áreas urbanas de fronteira. In: CASTELLO, I. R. *et. al.* **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Fundação de Economia e Estatística, 1997, pp.107-113.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF MIGRATION – OIM. **World Migration Report 2005** – Section 3. Disponível em: http://www.iom.int/jahia/webdav/site/myjahiasite/shared/shared/mainsite/published_docs/books/wmr_sec03.pdf Acesso em: 13 de janeiro de 2008.

MARQUES, A. M. **Movimentos migratórios fronteiriços: bolivianos e paraguaios em Mato Grosso do Sul. 2007** Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/ilassa/2007/marques.pdf>. Acesso em: 07 de março de 2008.

PALAU, T. Migração transfronteiriça entre Brasil e Paraguai: o caso dos brasiguaios. In: PATARRA, N. L. (Org.) **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporaneo**. Campinas: FNUAP, 1995a p. 200 a 207.

PALAU, T. **Residencia y migración em la frontera paraguay-argentina**. El caso de Formosa Alberti. BASE Investigaciones Sociales, 1995b. Disponível em: <http://sala.clacso.org.ar/gsd/cgi-bin/library?e=d-000-00--0base--00-0-0--0prompt-10---4-----0-11--1-es-Zz-1---20-about---00031-001-0-OutfZz-8-00&cl=CL2.1.4&d=HASHcefdbfa584fa139358537a&gc=1> Acesso em: 28 abril de 2008.

PARRADO, E. A.; CERRUTTI, M. Labor Migration between Developing Countries: the case of Paraguay and Argentina. **International Migration Review**, V. 37, n.1., p.101-132, February, 2003.

PELLEGRINO, A *et. al.* **Migrantes latinoamericanos y caribeños: síntesis histórica y tendencias recientes.** [S.l.]: CEPAL/CELADE: Programa de Población de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República, 2001. 137p.

PEREIRA, J. H. V. Entrecruzamento de fronteiras étnico-cultural e geográfica. In: Fronteiras étnico-culturais e fronteiras da exclusão: o desafio da interculturalidade e da equidade, 1, 2002, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: FUNDECT, 2002.

SALES, T. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 87-98, jan./jun, 1996.

SANTA BÁRBARA, M. **Des-caminhos brasileiros em terras paraguaias.** Rio de Janeiro, 2005. 146p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense.

SOUCHAUD, S.; CARMO, R. L. Migração e mobilidade no Mercosul: a fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai, 2006. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docs/pdf/ABEP2006_702.pdf. Acesso em: 07 de março de 2008.

SPRANDEL, M. A. **Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais.** Rio de Janeiro, 1992. 517p. Dissertação (Mestrado) - PPGAS, Museu Nacional.

UNITED NATIONS. **World Population Prospects: The 2008 Revision.** Database. United Nations, Disponível em: <http://esa.un.org/unpp/index.asp> Acesso em: 18 de maio de 2009.

VILLA, M.; MARTÍNEZ, J. Tendencias e Patrones de la Migración Internacional em América Latina y Caribe. In: SIMPÓSIO SOBRE MIGRACIONES INTERNACIONALES EN LAS AMÉRICAS, 1, 2000, Costa Rica. **Anais...** Costa Rica: OIM/CEPAL-CELADE/FNUAP, 2000. Disponível em: http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/popambient_1/pag_4_9.pdf>. Acesso em: 11 de jan. de 2007.